



-----**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA**-----

----- **Mandato 2025-2029** -----

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA
REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO-----**

----- **ACTA NÚMERO UM**-----

---Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas dezanove horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Marvila, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Marvila, sob a presidência de César Gama Laranjo Ferreira, Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, coadjuvado por Maria Libânia Rendeiro, em substituição de Maria Hermínia Duarte Ferreira, Primeira Secretária, e por Maria Custódia Martins Pires André, Segunda Secretária, para dar cumprimento à ordem de trabalhos constante da convocatória previamente enviada aos membros da Assembleia.--I- Período de Intervenção do Público-----

II- Período de Antes da Ordem do Dia-----

III - Período da Ordem do Dia-----

1. Apreciação da **Informação Escrita do Presidente** relativa ao período de seis a trinta de novembro de dois mil e cinco - Deliberação n.º **84/2025** da junta de freguesia, de 10 de dezembro; -----
2. Apresentação, discussão e votação dos documentos previsionais para dois mil e vinte e seis - Deliberações n.ºs **85/2025 e 86/2025** da junta de freguesia, de dez de dezembro de dois mil e vinte e seis: -----
 - Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos; -----
 - Plano de atividades; -----
3. Apresentação, discussão e votação do mapa de pessoal da freguesia - Deliberação n.º **94/2025** da junta de freguesia, de DEZ de dezembro dois mil e vinte e seis; -----
4. Autorização de celebração de protocolo de colaboração a celebrar com a entidade **FLÁVIO ZEFERINO DA SILVA, UNIPESSOAL, LDA**, para a realização do evento de Arte Circense na freguesia, denominado "**MIRENE CARDINALI CIRCUS**", e aprovação da respetiva minuta - Deliberação n.º **51/2025** da junta de freguesia, de vinte e um de novembro de dois mil e vinte e seis. -----
5. Autorização para a repartição dos encargos plurianuais para os anos económicos de 2026, 2027 e 2028, e a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento pré-contratual de consulta prévia para a aquisição de serviços de certificação legal de contas (proc. n.º 2025.823_CPrAqS) - Deliberação n.º **87/2025** da junta de freguesia, de DEZ de dezembro. -----

---Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes eleitos: ---

---**PARTIDO SOCIALISTA (PS)**- Mafalda Sofia Fernandes Correia, Teresa Isabel Amaral Pina, Acácio Monteiro Gonçalves, Luís Filipe Nunes Boaventura de Figueiredo-----

---**PARTIDO CHEGA (CH)**- Luis Filipe dos Santos Silva, Nuno Jorge Oliveira de Sousa, Marco Bruno Borges Soares Dias, Gustavo Alexandre Pires Aires. -----

---**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)**- Tiago Filipe Cardoso Gonçalves, José António dos Santos Martins. -----

---**PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)** - Luís André Fernandes Castro. -----

---**CENTRO DEMOCRÁTICO E SOCIAL - PARTIDO POPULAR** - João António Almeida



Petornilho Marrana, Pedro Miguel Pinto Monteiro. -----

---**BLOCO DE ESQUERDA (BE)**- Romana Maria Moreira. -----

--**INICITIVA LIBERAL (IL)**- Mário Gil Poiares Rodrigues de Oliveira-----

--Esteve ausente à assembleia de freguesia o membro da Assembleia **Ivone Guerra (CH)**.

---Estiveram ainda presentes na reunião os seguintes membros do **Executivo da Junta de Freguesia de Marvila**: -----

PRESIDENTE, José António do Deserto Videira; **SECRETÁRIO**, Maria Hermínia Morais Ventura Cintra; **TESOUREIRA**, Isaura de Almeida Gonçalves Martinho; **VOGAIS**: Joaquim Cerqueira de Brito, José António Amaral da Silva, Pedro Henrique Soares de Sousa. -----

---Às dezanove horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, César Laranjo Presidente da Assembleia de Freguesia De Marvila, após cumprimentar os membros da assembleia, o executivo e o público presente, deu início aos trabalhos, da sessão ordinária e de imediato, nos termos regimentais, declarou aberto o período destinado à intervenção do público. -----

-----**I-PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

---**O Presidente da Assembleia** informou que tinham sido recebidos diversos pedidos de intervenção do público por correio eletrónico, sendo as intervenções realizadas por ordem de receção, não obedecendo a qualquer organização temática, mas sim cronológica. -----

---**A Sr.ª Sara Vaz**, em representação da Associação Tempo de Mudar no bairro dos Loios, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, manifestando satisfação pela significativa presença de público na sessão, referindo não ser habitual observar tal nível de participação, o que considerou um sinal positivo de envolvimento cívico na vida da freguesia. -----

---Felicitou o Presidente da Junta de Freguesia de Marvila José António Videira e o Executivo pela vitória nas eleições autárquicas, desejando votos de bom trabalho para o mandato agora iniciado. -----

---Referiu que têm circulado informações relativas a eventuais dificuldades orçamentais da Freguesia de Marvila, manifestando preocupação quanto ao impacto que essas limitações poderão ter no financiamento das associações locais, sublinhando, contudo, que a associação que representa não possui protocolo de financiamento direto com a Junta. --

---Salientou a importância do movimento associativo e da intervenção comunitária, defendendo que as associações e grupos comunitários devem ser envolvidos na definição das estratégias para a freguesia, sobretudo em contextos de maior exigência financeira, apelando a um trabalho conjunto e articulado. -----

---Destacou o trabalho desenvolvido pela Comissão Social de Freguesia, referindo que esta tem sido reconhecida como exemplo pela Rede Social de Lisboa, manifestando, no entanto, preocupação pelo facto de o trabalho das associações nem sempre ser devidamente conhecido ou valorizado. -----

---Abordou de forma aprofundada a questão da construção do novo hospital na zona oriental da cidade, referindo que este poderá constituir uma oportunidade para a freguesia, mas alertando para o risco de ausência de planeamento estratégico adequado.-

---Identificou preocupações concretas ao nível das acessibilidades, rede rodoviária, transportes públicos, pressão sobre a habitação, rede educativa e serviços de proximidade,



questionando se as associações e os moradores serão envolvidos no processo de planeamento. -----

---Referiu que o grupo comunitário do Bairro dos Lóios tem vindo a refletir sobre estas questões, estando a ponderar promover iniciativas de articulação com a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia. -----

---Relativamente ao Bairro dos Lóios, recordou a realização de reuniões com candidatos antes das eleições autárquicas, nas quais foram apresentadas diversas necessidades do bairro, reconhecendo que algumas dessas questões foram, entretanto objeto de intervenção, nomeadamente ao nível da melhoria das passadeiras, instalação de lombas, aumento do número de papelarias e requalificação de arruamentos. -----

---Não obstante, alertou para problemas persistentes, nomeadamente a diminuição significativa de lugares de estacionamento, a presença de veículos aparentemente abandonados e situações de degradação ou má instalação de mobiliário urbano. -----

---Concluiu reiterando a disponibilidade da Associação Tempo de Mudar e dos grupos comunitários para colaborar com a Junta de Freguesia na melhoria das condições de vida da população. -----

---**O Sr. Manuel Saraiva**, do Bairro das Amendoeiras, desde mil novecentos e setenta e seis e antigo membro da Assembleia de Freguesia durante quatro mandatos, que iniciou a sua intervenção com cumprimentos institucionais dirigidos à Mesa, aos eleitos, aos trabalhadores da Junta de Freguesia e ao público presente, formulando votos de boas festas. -----

---Apresentou-se como cidadão participante ativo, referindo que continua a intervir nas sessões da Assembleia como forma de exercício de cidadania e acompanhamento da vida democrática local. -----

---Sublinhou a importância da participação dos cidadãos nos processos de decisão e na vida das instituições locais, considerando que os órgãos autárquicos desempenham um papel essencial na promoção da cidadania e na resolução de problemas concretos da comunidade. -----

---Referiu que, no âmbito do recente processo eleitoral, analisou os programas apresentados pelos diferentes partidos, considerando que, de forma geral, se trata de documentos pouco desenvolvidos e com reduzido grau de concretização. -----

---Identificou como temas centrais a habitação, saúde, segurança, mobilidade, espaço público e limpeza urbana, destacando estes últimos como áreas particularmente relevantes para a intervenção da Junta de Freguesia. -----

---Apresentou uma preocupação concreta relativamente aos horários de funcionamento dos serviços da Junta de Freguesia, referindo que estes não são compatíveis com a vida profissional de muitos cidadãos, defendendo a necessidade de maior flexibilidade no atendimento ao público. --- Concluiu com uma reflexão sobre a importância da participação cívica contínua e da responsabilidade coletiva na construção de uma comunidade mais coesa e participativa. -----

--- **A Sr.ª Vânia Almeida**, moradora no Bairro das Amendoeiras e diretora executiva da Associação Mãos Unidas, que começou por cumprimentar todos os eleitos e restantes presentes na sessão. ---

---Referiu que a associação iniciou recentemente atividade na freguesia de Marvila, encontrando-se a desenvolver um projeto com uma dupla vertente: por um lado, combater o isolamento social da população idosa e, por outro, promover o envelhecimento ativo. -----

---Explicou que o projeto assenta numa lógica de envolvimento da comunidade local, procurando dinamizar atividades que incentivem a participação social e o bem-estar dos idosos, contribuindo para a sua integração e qualidade de vida. -----

---Referiu ainda que a associação tem procurado estabelecer contactos com outras entidades e



grupos comunitários da freguesia, manifestando disponibilidade para colaborar com a Junta de Freguesia e demais estruturas locais. -----

--Concluiu colocando a associação à disposição para desenvolver parcerias e colaborar em iniciativas que contribuam para a coesão social da freguesia. -----

--A Sr.^a **Andreia Pereira**, moradora no Bairro dos Loios, referiu a honra participar na sessão da Assembleia de Freguesia, destacando a sua ligação pessoal e comunitária ao território de Marvila.

---Informou que integra o Grupo Comunitário do Bairro dos Lóios e a Associação Tempo de Mudar, sublinhando o trabalho desenvolvido por estas estruturas junto da população local. -----

Relatou situações da higiene urbana, referindo que algumas são recorrentes nas discussões do grupo comunitário, salientando a necessidade de reforço da frequência das operações de limpeza, particularmente ao nível dos contentores e das áreas envolventes. -----

Reconheceu a existência de responsabilidades repartidas entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia, explicando que a recolha de resíduos compete à Câmara e a limpeza das zonas envolventes aos contentores compete à Junta, mas considerou que tal divisão não deve comprometer a resolução do problema. -----

---Referiu ainda que os próprios equipamentos de deposição de resíduos nem sempre facilitam a utilização adequada por parte da população, contribuindo para situações de acumulação de lixo. -

---Apresentou o projeto “Regenera-te Lóios”, promovido pela Associação Tempo de Mudar, explicando que se trata de uma iniciativa desenvolvida com forte envolvimento da comunidade local. -----

---Detalhou que, nas semanas anteriores, tinham sido realizadas diversas ações no âmbito do projeto, nomeadamente plantação de árvores e implementação de uma agrofloresta, envolvendo crianças, jovens e moradores. -----

---Alertou para a situação persistente de acumulação de lixo na zona sob o viaduto dos Lóios, referindo tratar-se de um problema antigo, já identificado e comunicado à Câmara Municipal de Lisboa. -----

---Referiu que, apesar de ações de limpeza promovidas por voluntários e moradores, estas têm alcance limitado, sendo necessária uma intervenção estrutural por parte das entidades públicas. -

---Informou ainda que está prevista, para o ano seguinte, a fase de construção de um espaço de lazer e fruição comunitária associado ao projeto, manifestando a expectativa de continuidade do apoio da Junta de Freguesia. -----

---Concluiu sublinhando que a melhoria daquele espaço depende da articulação entre associações, moradores e entidades públicas, apelando a um maior envolvimento da Junta. -----

---A Sr.^a **Lucília Charneca**, moradora, no Bairro do Formoso de Cima, apresentou um conjunto alargado de preocupações relacionadas com o estado de conservação do espaço público naquela área da freguesia. -----

---Referiu, em primeiro lugar, problemas ao nível da manutenção das árvores, nomeadamente a ausência de podas regulares e o estado de degradação das caldeiras, muitas das quais se encontram levantadas, dificultando a circulação pedonal nos passeios. -----

---Sublinhou que reside naquela zona há cerca de vinte anos, referindo que a mesma tem vindo a sofrer uma degradação progressiva ao longo do tempo. -----

---Alertou para a insuficiência de equipamentos de recolha de óleo alimentar usado, referindo a existência de apenas um oleão para um elevado número de habitações. -----

---Abordou também o estado de degradação da via rodoviária junto à estação de Braço de Prata, referindo que intervenções recentes terão contribuído para a deterioração do pavimento. -----

---Referiu problemas ao nível da limpeza dos ecopontos, que permanecem vários dias sem



intervenção, bem como dificuldades na recolha de resíduos das papelarias existentes no espaço público. -----

---Manifestou preocupação relativamente à instalação de uma colónia de gatos em local que considera inadequado, referindo impactos negativos para os moradores. -----

---Alertou ainda para a ausência de bancos em paragens de autocarro, dificultando a utilização por pessoas idosas ou com mobilidade reduzida. -----

Referiu igualmente a falta de iluminação numa paragem de autocarro na Avenida Infante D. Henrique, considerando tratar-se de uma situação de risco. -----

---Concluiu alertando para o aumento de situações de furto na zona, referindo ocorrências no seu edifício. -----

---**A Sr.ª Marta Rodrigues**, moradora na zona de Braço de Prata, que iniciou a sua intervenção cumprimentando os membros do Executivo e os presentes. -----

--Referiu residir na freguesia há cerca de quarenta e quatro anos, considerando que a zona de Braço de Prata tem sido, ao longo do tempo, negligenciada em termos de intervenção urbana. -----

---Apontou a ausência de manutenção ao nível da limpeza urbana, conservação de espaços verdes e manutenção de parques infantis. -----

---Referiu ainda problemas ao nível da iluminação pública, bem como o estado de degradação generalizada dos espaços públicos. -----

---Acrecentou que, em algumas situações, teve de recorrer diretamente à Câmara Municipal de Lisboa para tentar obter resposta para os problemas identificados. -----

--Defendeu que a Junta de Freguesia deve assumir um papel mais ativo na defesa dos interesses dos moradores daquela zona. -----

---Concluiu apelando a que a zona de Braço de Prata seja tratada com a mesma atenção que outras áreas da freguesia. -----

---**O Sr. João Jorge Duarte Loureiro**, morador no Bairro da Prodac, começou por cumprimentar todos os presentes, manifestando satisfação por participar na sessão. -----

---Referiu que pretendia apresentar um conjunto de sugestões com vista à dinamização cultural e social da freguesia. -----

---Começou por abordar a questão do horário das assembleias, defendendo que a realização das sessões em horários mais tardios poderia facilitar a participação dos cidadãos, tendo em conta os horários de trabalho. -----

---Destacou o potencial cultural da freguesia de Marvila, referindo a existência de diversas estruturas e agentes culturais relevantes, nomeadamente companhias de teatro, associações culturais e projetos artísticos. -----

---Defendeu a criação de um festival de artes performativas na freguesia, envolvendo teatro, música e dança, considerando que tal iniciativa poderia valorizar a identidade cultural local. -----

---Apresentou ainda sugestões relativas à requalificação de espaços e equipamentos, bem como à dinamização de atividades culturais e comunitárias. -----

--**O Sr. Miguel Ferreira** do Grupo Motard de Chelas, referindo que a associação conta com várias dezenas de associados e desenvolve atividade regular junto da comunidade. -----

---Referiu que a principal dificuldade enfrentada pela associação prende-se com a inexistência de um espaço próprio para o desenvolvimento das suas atividades, solicitando apoio da Junta de Freguesia na disponibilização de instalações, ainda que de pequena dimensão. -----

---Sublinhou que atualmente recorrem a soluções precárias, manifestando vontade de consolidar o projeto associativo. -----

---Concluiu desejando boas festas a todos os presentes. -----



---O **Presidente da Assembleia de Freguesia** tomou a palavra para prestar esclarecimentos adicionais, nomeadamente em resposta à intervenção de Manuel Saraiva, informando que a situação relativa à atualização do sítio institucional da Junta de Freguesia já havia sido sinalizada ---Referiu ainda que têm sido testados diferentes horários para a realização das sessões da Assembleia, procurando encontrar soluções que favoreçam a participação dos cidadãos, tendo em conta as diferentes realidades profissionais. -----

---**César Laranjo** respondeu a algumas das questões colocadas, designadamente relativas ao funcionamento dos serviços e horários das sessões, referindo que têm sido testadas soluções para aumentar a participação. -----

---No uso da palavra, o **Presidente da Junta de Freguesia** apresentou uma intervenção de carácter geral, começando por cumprimentar o Presidente da Assembleia, os membros da Assembleia de Freguesia, o Executivo, os trabalhadores da Junta de Freguesia, o público presente e todos os que acompanhavam a sessão por via telemática. -----

---Na sua intervenção, procedeu a uma resposta global às diversas intervenções efetuadas no período anterior, começando por abordar a intervenção de **Sr.ª Sara Vaz**, referindo que as questões apresentadas se inserem num conjunto de necessidades identificadas no Bairro dos Loios, assegurando o acompanhamento por parte da Junta de Freguesia, designadamente através de apoio técnico local, e manifestando preocupação com a melhoria das condições de vida da população. -----

---Referiu igualmente a relevância dos impactos associados à construção do novo Hospital de Todos os Santos, indicando que se trata de uma matéria a articular com a Câmara Municipal de Lisboa e com o Ministério da Saúde, estando prevista a realização de reuniões durante o ano de dois mil e vinte e seis, bem como a apresentação pública dos impactos junto da população. -----

---Relativamente às questões relacionadas com a higiene urbana e recolha de resíduos, mencionadas por intervenientes, referiu que se encontram em curso negociações com a Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito de uma eventual reorganização de competências, assegurando que a Junta de Freguesia acompanhará este processo e contribuirá para a melhoria do serviço durante o período de transição. -----

---Abordou ainda a necessidade de intervenção em zonas específicas da freguesia, nomeadamente na área do viaduto dos Loios, reconhecendo a existência de problemas persistentes e a necessidade de encontrar soluções que permitam a requalificação daquele espaço. -----

---No que respeita à intervenção do **Sr. Manuel Saraiva**, agradeceu a participação cívica e o contributo apresentado, valorizando o envolvimento dos cidadãos na vida da freguesia. -----

---Relativamente à intervenção da **Sr.ª Vânia Almeida**, saudou o surgimento de uma nova associação no Bairro das Amendoeiras, incentivando a sua participação na Comissão Social de Freguesia e manifestando disponibilidade para acompanhar o respetivo projeto. -----

---Quanto às intervenções da **Sr.ª Lucília Charneca** e da **Sr.ª Marta Rodrigues**, reconheceu a existência de falhas em áreas como os espaços verdes, limpeza urbana e espaço público, assumindo o compromisso de análise das situações reportadas e de implementação de melhorias, com o envolvimento dos pelouros competentes. -----

---No que respeita à intervenção do **Sr. João Moreira**, referiu que as propostas apresentadas serão objeto de análise, destacando nomeadamente a relevância de iniciativas culturais e comunitárias para a freguesia. -----

---Relativamente à intervenção do **Grupo Motard de Chelas**, saudou o trabalho desenvolvido pela associação, reconhecendo o seu mérito e a sua importância na comunidade, referindo que a Junta de Freguesia continuará a envidar esforços junto da Câmara Municipal de Lisboa no sentido de



viabilizar a cedência de um espaço adequado ao desenvolvimento da sua atividade. -----

---Aproveitou ainda para divulgar a realização da segunda edição da concentração motard, prevista para os dias sete e oito de fevereiro, na Escola dos Loios, destacando o carácter social e comunitário da iniciativa. -----

---Concluiu a sua intervenção reiterando o compromisso do Executivo com a melhoria das condições de vida na freguesia e com o acompanhamento das situações identificadas pelos cidadãos. -----

---Por sua vez, o membro da Assembleia **João Marrana (CDS-PP)** abordou a gestão de equipamentos, sublinhando a dificuldade de manter estruturas em que se suportam as despesas sem controlo sobre as receitas. -----

---O **Presidente da Junta** voltou a intervir para esclarecer que o orçamento não corresponde a nove milhões de euros, mas sim a cerca de cinco a seis milhões de receita efetiva, acrescentando que a estratégia adotada privilegia a negociação em detrimento da confrontação. -----

---Concluiu reafirmando que o orçamento apresentado é equilibrado e prudente, tendo em consideração o atual contexto económico e institucional. -----

--Usou da palavra o membro **João Marrana (CDS-PP)**, que começou por agradecer a presença do público, destacando a importância da participação dos cidadãos nas reuniões da Assembleia de Freguesia, não apenas para exporem as suas preocupações, mas também para contribuírem com ideias e para desafiarem os eleitos a melhorar a sua ação. -----

---Referiu a relevância das intervenções apresentadas, nomeadamente no domínio cultural, salientando a importância de iniciativas como festivais e eventos que valorizem as estruturas culturais existentes na freguesia, defendendo que estas devem ser mais divulgadas e acessíveis à população. -----

---Destacou ainda o papel histórico da freguesia de Marvila no desenvolvimento do trabalho comunitário, sublinhando a importância dos grupos comunitários e a necessidade de reforçar o seu papel, não necessariamente através de maior financiamento, mas sim através de uma valorização institucional e de uma maior proximidade às comunidades. -----

---Referiu, por fim, a intenção de apresentar futuramente propostas que promovam uma maior descentralização da atividade da Assembleia de Freguesia, aproximando-a das diferentes zonas da freguesia e incentivando uma maior participação dos cidadãos. -----

---Usou de seguida da palavra o membro **Luís Figueiredo (PS)**, que agradeceu as intervenções do público, valorizando o contributo dos fregueses para o aprofundamento do conhecimento dos problemas locais. -----

---Destacou a importância da participação cívica nas reuniões da Assembleia de Freguesia, considerando-a essencial para o funcionamento da democracia e para a melhoria das respostas às necessidades da população. -----

---Não se registando mais intervenções, o **Presidente da Assembleia** deu por concluído o período de intervenção do público, agradecendo a presença dos cidadãos e convidando-os a permanecer na sessão, recordando as regras de funcionamento da mesma. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

---Aberto o período de antes da ordem do dia o Presidente da Assembleia, recordou que tinham sido realizadas duas reuniões anteriores, uma relativa à aprovação do órgão executivo e outra correspondente às atas agora em apreciação. -----

---Esclareceu que apenas poderiam participar na votação das atas os membros que estiveram presentes nas respetivas reuniões a que as mesmas dizem respeito. -----



---Informou ainda que as atas haviam sido previamente enviadas por correio eletrónico a todos os membros, questionando se existiam propostas de alteração ou observações às mesmas. -----

---Não se registando intervenções, procedeu-se à votação da ata da reunião de seis de novembro. -----

---Não se registaram votos contra nem abstenções, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos membros presentes na referida reunião. -----

---De seguida, procedeu-se à votação da ata da reunião de catorze de novembro. -----

---Não se registaram votos contra nem abstenções, tendo a mesma sido igualmente aprovada por unanimidade dos membros presentes na respetiva reunião. -----

---**César Laranjo Presidente da Assembleia** informou que haviam sido recebidos diversos documentos para apreciação pela Assembleia, designadamente um voto de pesar, um voto de saudação e uma moção. -----

---O Sr. Presidente de seguida a palavra ao Sr. Tiago Filipe Cardoso Gonçalves (PCP), que procedeu à leitura do voto de pesar pelo falecimento de José Tomás Landum Potes, que a seguir se transcreve: -----

-----**“Voto de Pesar pelo falecimento de José Tomás Landum Potes”-----**

Faleceu, no passado dia 9 de Dezembro, aos 86 anos, José Potes, militante do Partido Comunista Português, organizado na Freguesia de Marvila, onde manteve uma intervenção política firme, solidária e consequente ao longo de décadas.

Com actividade política ligada ao Partido ainda antes do 25 de Abril, José Potes integrou desde 1974 a organização do PCP na Freguesia de Marvila, participando de forma activa e empenhada na vida política e social da freguesia, sempre com a intervenção possível e adequada às suas condições de saúde, sem nunca abdicar do compromisso com os valores de Abril, com a justiça social e com os direitos dos trabalhadores.

Membro do sindicato da Construção Civil, foi delegado sindical, assumindo responsabilidades na defesa dos direitos laborais e das condições de trabalho num sector particularmente exigente, onde deixou marca pelo seu sentido de responsabilidade, coerência e proximidade aos trabalhadores.

Foi eleito na Junta de Freguesia de Marvila em vários mandatos e integrou sempre as listas da CDU até às Eleições Autárquicas de 2021. O seu percurso autárquico pautou-se por uma intervenção séria, honesta e profundamente ligada às necessidades concretas da população da freguesia.

Pela sua presença activa, confiante e solidária na vida do Partido, José Potes foi sempre uma referência e um exemplo para os camaradas com quem trabalhou, deixando um legado de dedicação, firmeza de princípios e compromisso com a causa dos trabalhadores e do povo.

Assim, propõe-se que seja deliberado:

1. Manifestar profundo pesar pelo falecimento de José Potes, enaltecendo o seu percurso político, sindical e autárquico ao serviço da freguesia de Marvila e da sua população, do Partido Comunista Português e da CDU.

2. Endereçar à sua família, amigos e camaradas as mais sentidas condolências, enviando o presente voto de pesar e associando-se à dor de todos quantos com ele partilharam a luta por uma sociedade mais justa e solidária.”

--- Na leitura do documento, foi referido que o falecido, com oitenta e seis anos, foi militante do Partido Comunista Português, tendo desenvolvido ao longo de décadas uma



intervenção política consistente na freguesia de Marvila, sendo descrito como alguém com uma intervenção política firme, solidária e consequente. Foi ainda destacado que teve atividade política antes do 25 de Abril, integrando desde mil novecentos e setenta e quatro a organização do partido na freguesia e participando ativamente na vida política e social local. -----

---Foi igualmente salientado o seu papel no movimento sindical, nomeadamente como delegado sindical no setor da construção civil, onde assumiu responsabilidades na defesa dos direitos laborais e das condições de trabalho num setor particularmente exigente. No plano autárquico, foi referido que exerceu funções na Junta de Freguesia de Marvila em vários mandatos, tendo integrado listas da CDU até às eleições autárquicas de dois mil e vinte e um, sendo reconhecido pela sua proximidade às populações. -----

---A leitura concluiu destacando que o seu percurso se pautou por uma intervenção séria, honesta e profundamente ligada às necessidades concretas da população. -----

---Após a leitura do voto de pesar, usaram da palavra membros de diversas bancadas. **A bancada do Partido Socialista manifestou a intenção de subscrever o voto**, propondo também a realização de um minuto de silêncio em memória do falecido. **A membro Romana Sousa, do Bloco de Esquerda**, referiu que o partido acompanhava a iniciativa do PCP e que votaria favoravelmente, subscrevendo o voto de pesar com o respeito institucional exigido pelo momento. -----

---As restantes bancadas, nomeadamente o **Partido Social Democrata, a Iniciativa Liberal e o CDS-PP**, manifestaram igualmente a intenção de subscrever o documento. Colocado à votação, o voto de pesar foi aprovado por maioria, registando-se quatro votos contra da bancada do Chega, acompanhados de declaração de voto, a qual foi indicada que seria apresentada posteriormente por escrito. -----

---Foi indicado que a declaração de voto seria apresentada posteriormente por escrito. ---

---Após a votação, foi cumprido um minuto de silêncio em memória de José Tomás Landum Potes, tendo o **Presidente da Assembleia** apresentado condolências à família presente. A Assembleia de pé aguardou um minuto de silêncio em memória de José Tomás Landum Potes. -----

---De seguida, usou da palavra o **Mário Gil Poiares (IL)**, que procedeu à leitura de um voto de saudação pelos cinquenta anos do 25 de Novembro de 1975, que a seguir se transcreve: **"VOTO DE SAUDAÇÃO 50 anos do 25 de novembro de 1975"**

A 25 de abril de 1974, Portugal viu finalmente o fim de um período de quase meio século de opressão por parte de um regime autoritário: o Estado Novo.

No entanto, a transição para uma democracia pluralista e assente nos princípios do Estado de Direito foi um processo longo e conturbado. Após a revolução do 25 de abril, Portugal entrou num período de alta instabilidade política e social - o Período Revolucionário em Curso (PREC) — pugnado por ocupações, nacionalizações, prisões

arbitrárias e perseguições que veio evidenciar as tendências autoritárias e antidemocráticas de uma minoria.

A 25 de novembro, na sequência do "verão quente" e na iminência de uma guerra civil, quando se preparava um golpe que visava a implantação de um novo regime autoritário, veio um movimento fiel aos ideais de Abril, sob a liderança de Ramalho Eanes e coordenação do "Grupo dos Nove", agir para impedir que tal acontecesse.

50 anos volvidos, homenageemos a memória daqueles que desempenharam um --



papel essencial naquele que foi um dia determinante para a consolidação da democracia portuguesa, entre eles o "Grupo dos Nove", o General Ramalho Eanes, e os responsáveis políticos do PS, PSD e CDS—que, pela sua ação, impediram que a recém-adquirida democracia de Abril se desvirtuasse violentamente para um caminho autoritário.

Nesse sentido, propõe o eleito da Iniciativa Liberal que a Assembleia de Freguesia de Marvila delibere:

Saudar o 50.º aniversário do 25 de novembro de 1975 e manifestar o seu agradecimento a todos os que nesta data contribuíram para a defesa da democracia e do Estado de Direito em Portugal."

--- Na sua intervenção, o membro da Assembleia enquadrou o período pós-25 de Abril como um processo longo e conturbado, marcado por instabilidade política e social, destacando o papel do 25 de Novembro na consolidação do regime democrático. Referiu que este momento foi determinante para impedir a instalação de um regime autoritário, defendendo a sua relevância na construção do Estado de direito democrático. -----

---No decurso da discussão, intervieram membros da Assembleia de várias bancadas. **A membro da Assembleia Romana Sousa (BE)**, afirmou que a data que pôs fim ao regime foi o 25 de Abril, considerando que não deve ser diminuída a centralidade dessa data, anunciando o voto contra da sua bancada. A bancada do Partido Socialista referiu que o partido pretende unir os portugueses, evitando divisões, defendendo que outras datas devem ser enquadradas historicamente, mas não celebradas de forma a dividir a sociedade. -----

---Por sua vez, o membro da Assembleia **Tiago Gonçalves,(PCP)**, declarou que os frutos de Abril não nascem em novembro, justificando igualmente o voto contra. Em sentido contrário, membros da Assembleia das bancadas da **Iniciativa Liberal e do Chega** defenderam a importância do 25 de Novembro como momento essencial na consolidação da democracia, considerando legítima a sua evocação. Durante o debate, o proponente respondeu às intervenções, rejeitando a ideia de reescrita da história e defendendo que o reconhecimento de diferentes momentos históricos não invalida a importância do 25 de Abril. Colocado à votação, o voto de saudação foi rejeitado por maioria. -----

---De seguida, usou da palavra o membro da Assembleia **Tiago Filipe Cardoso Gonçalves, da bancada do PCP**, que apresentou uma moção relativa ao Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, que aqui se transcreve:

-----"**Moção: 25 de Novembro de 2025 - prevenção e combate a todas as formas de violência sobre as mulheres está por cumprir!** -----

Assinala-se, a 25 de Novembro, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, num contexto em que os dados oficiais continuam a revelar uma realidade profundamente preocupante. A violência doméstica e outras formas de violência sobre as mulheres permanecem um grave problema social, que atenta contra a dignidade, a integridade física e psicológica e os direitos fundamentais de milhares de mulheres. Independentemente de os números reflectirem um aumento das situações de violência ou uma maior capacidade de denúncia, o facto é que persistem práticas e concepções de desigualdade e discriminação que não podem ser toleradas numa sociedade democrática. A violência sobre as mulheres é inseparável de retrocessos nas mentalidades, da normalização da violência e da mercantilização do corpo da mulher, fenómenos que exigem uma resposta firme e consequente do poder político.



O combate a esta realidade não se faz apenas com palavras ou datas simbólicas, mas com políticas públicas eficazes, dotadas de meios humanos, técnicos e financeiros adequados, que garantam a prevenção, a protecção das vítimas, o apoio à sua autonomização e o combate à reincidência.

Neste quadro, os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia de Marvila reafirmam a importância da defesa dos direitos das mulheres, da valorização do trabalho das entidades e associações que apoiam as vítimas e da exigência do cumprimento efectivo da legislação existente.

Assim, propõe-se que a Assembleia de Freguesia de Marvila delibere:

1. Assinalar e saudar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, todas as mulheres e o trabalho das várias associações e entidades que prestam apoio às mulheres vítimas de qualquer forma de violência.

2. Apelar ao Governo para o reforço das políticas públicas de prevenção e combate à violência sobre as mulheres, garantindo recursos adequados aos serviços públicos e às respostas de apoio às vítimas.

3. Enviar a presente saudação:

i. À Presidência da República;

ii. Ao Governo e aos Grupos Parlamentares;

iii. À Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;

iv. À Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PPDM);

v. À Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV);

vi. Ao Movimento Democrático de Mulheres (MDM);

vii. À Associação “O Ninho”;

viii. E à Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH/CGTP-IN)”

---Na apresentação, foi referido que a violência sobre as mulheres continua a constituir um grave problema social que atenta contra a dignidade, a integridade física e psicológica e os direitos fundamentais, sublinhando-se que o combate a esta realidade exige políticas públicas eficazes e dotadas de meios adequados, não se fazendo apenas com palavras. ----

---Foi proposta pelo **Presidente da Assembleia de Freguesia** a inclusão de entidades no texto, nomeadamente a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, tendo a sugestão sido aceite. -----

-Usou da palavra o membro da Assembleia **João Marrana, do CDS-PP**, no decurso da sua intervenção, salientou que existem diversas associações que desenvolvem trabalho relevante nesta área, sugerindo que o texto pudesse refletir de forma mais abrangente esse contributo, incluindo entidades como as Irmãs Oblatas, independentemente da sua natureza religiosa. -----

---Manifestou ainda concordância com o conteúdo da moção, indicando a intenção do **Centro Democrático Social – Partido Popular** em subscrever a mesma, sublinhando a importância e a seriedade do tema em discussão. -----

---O mesmo membro solicitou ainda que ficasse registada em ata uma referência à reunião anterior, “É porque a maioria das vezes na primeira reunião ordinária fez-se história, reescreveu-se a história. O Partido Socialista, que é um dos principais motores do 25 de novembro, votou contra a manutenção uma moção que tem como título, se não me engano, de todo o voto de saudação para o 25 de novembro. Eu peço que isto é ficar assinalado e deve ser comunicado ao país porque o Partido Socialista tem as suas características muito especiais e muito originais e, portanto, peço desculpa, mas não podia deixar de dizer isto.”



---O **Presidente da Assembleia** referiu que compreendia o raciocínio exposto, explicando também a sua posição pessoal anteriormente assumida. Indicou que a sua perspetiva resulta igualmente de referências e vivências pessoais, não podendo, por isso, concordar com interpretações que, no seu entender, não correspondem à verdade histórica. -----

---Acrescentou que o sentido de voto pode ser influenciado pela forma como os documentos são elaborados, defendendo que um maior trabalho prévio entre as bancadas poderia contribuir para a obtenção de consensos mais alargados. Sublinhou ainda que determinadas formulações podem suscitar sensibilidades, dificultando a aprovação unânime dos documentos. -----

---Usou da palavra a membro da Assembleia **Mafalda Correia,(PS)**, que, enquanto mulher e eleita local, afirmou de forma clara que nenhuma forma de violência é aceitável, sublinhando que o lar não pode ser um espaço de medo, controlo ou agressão. -----

Referiu que a violência doméstica, nas suas diversas formas — física, psicológica, verbal, sexual ou económica — tem um impacto profundo na vida das vítimas, nas famílias e na comunidade, atingindo maioritariamente mulheres, sem excluir homens que também são vítimas, muitas vezes em silêncio. -----

Destacou ainda que a violência doméstica constitui um crime público em Portugal e uma grave violação dos direitos humanos, defendendo que não pode ser normalizada, relativizada ou ignorada. Concluiu sublinhando que esta realidade exige uma resposta coletiva, firme e sustentada. -----

---No decurso da discussão, foi ainda promovida a subscrição do documento por várias bancadas, tendo manifestado essa intenção o CDS-PP, o Chega, a Iniciativa Liberal, o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda e o Partido Social Democrata. -----

---A moção foi subscrita **pelas bancadas do Centro Democrático e Social – Partido Popular, Chega, Iniciativa Liberal, Partido Socialista, Bloco de Esquerda e Partido Social Democrata**, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

---Usou da palavra o membro da Assembleia da bancada **Luís Castro (PSD)**, que iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa, o Executivo, os membros da Assembleia, os trabalhadores da Junta de Freguesia e o público presente e que acompanhava a sessão por meios digitais. -----

No decurso da sua intervenção, apresentou um conjunto de questões que considerou relevantes antes do início dos trabalhos, começando por referir a ausência de um novo regimento atualizado, salientando que o atualmente em vigor remonta a dois mil e dezassete, o que, no seu entendimento, poderá levantar dificuldades, nomeadamente quanto à participação de novos partidos na Assembleia. -----

---Abordou ainda a realização da cerimónia de instalação da Assembleia de Freguesia, questionando a escolha do local, por considerar que o espaço utilizado não reunia condições adequadas, tendo gerado constrangimentos logísticos e limitado o acesso do público, bem como a ausência de transmissão do evento. -----

---Referiu igualmente o prazo de convocação da sessão de instalação, apontando um alegado incumprimento dos prazos legais, o que, no seu entender, configura uma irregularidade que merece esclarecimento. -----

---Chamou também a atenção para o estado de atualização do site da Junta de Freguesia, referindo a existência de informação desatualizada, nomeadamente no que respeita à composição da Assembleia e aos contactos das bancadas, considerando tratar-se de uma obrigação legal que deve ser assegurada. -----



---No plano dos equipamentos e espaço público, abordou a situação do parque desportivo, referindo problemas relacionados com a iluminação noturna permanente e com o acesso ao recinto, questionando a sua gestão e funcionamento. Referiu ainda a situação dos parques infantis da freguesia, que, segundo indicou, se encontram frequentemente encerrados, por vezes durante longos períodos, questionando a falta de intervenção na sua manutenção. -----

---Por fim, manifestou reservas quanto ao horário e dia de realização das reuniões da Assembleia, considerando que a realização às sextas-feiras e em horário tardio poderá dificultar a participação e prolongar excessivamente os trabalhos. -----

---Em resposta, o Presidente da Assembleia esclareceu que a Assembleia de Freguesia é um órgão deliberativo distinto do Executivo, devendo as intervenções respeitar esse enquadramento institucional. -----

---Relativamente ao regimento, referiu que já foi proposta a constituição de uma comissão para a sua revisão, tendo sido efetuados contactos com as bancadas nesse sentido, encontrando-se o processo dependente da participação de todos os membros. Sublinhou que matérias como tempos de intervenção, organização dos trabalhos e horários das reuniões devem ser discutidas e consensualizadas entre as bancadas, não podendo ser impostas unilateralmente. -----

---Acrescentou ainda que o funcionamento da Assembleia assenta no contributo dos seus membros, que exercem funções não remuneradas, o que pode condicionar a disponibilidade imediata para a realização de reuniões e decisões. Reiterou, no entanto, o empenho da Mesa em promover o normal funcionamento dos trabalhos e em garantir a participação de todos os eleitos. -----

---Usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que respondeu às questões anteriormente colocadas pelos membros da Assembleia. -----

---Relativamente à escolha do local para a instalação dos órgãos autárquicos, esclareceu que a opção pelo Salão de Festas teve por base uma tradição histórica, sendo esse o local onde, durante vários anos, se realizaram as tomadas de posse. Referiu, no entanto, que a elevada afluência registada ultrapassou as expectativas, reconhecendo que o espaço não reunia as melhores condições logísticas nem dispunha de meios técnicos para transmissão, assumindo essa limitação e considerando que, no futuro, deverá ser ponderada a escolha de um local com maior capacidade. -----

---Quanto à questão da legalidade da convocação da sessão de instalação, afirmou que todo o processo decorreu dentro dos prazos legais, tendo a tomada de posse ocorrido dentro do período previsto após a validação dos resultados eleitorais, recordando ainda que existiram atrasos decorrentes de recontagens que afetaram o calendário geral, incluindo a própria Câmara Municipal de Lisboa. -----

---Relativamente ao site da Junta de Freguesia, reconheceu a necessidade de atualização da informação, assumindo a responsabilidade por essa situação e garantindo que serão efetuadas as correções necessárias, nomeadamente quanto à disponibilização de documentos e informação institucional relevante. -----

---No que respeita ao parque desportivo referido, esclareceu que a obra ainda não foi formalmente rececionada pela Junta de Freguesia, encontrando-se ainda em fase de conclusão, motivo pelo qual o espaço não se encontra plenamente operacional. -----

---Quanto aos parques infantis, reconheceu a necessidade de investimento na sua manutenção e requalificação, indicando que essa matéria está contemplada nos



documentos previsionais apresentados, embora represente um encargo financeiro significativo para a Junta de Freguesia. -----

---Concluiu a sua intervenção reafirmando o compromisso do Executivo em acompanhar e dar resposta às situações identificadas. -----

---De seguida, usou da palavra o membro da Assembleia **José Martins (PCP)**, que deu conhecimento de uma iniciativa promovida por moradores de um edifício municipal, reportando problemas estruturais e de manutenção, nomeadamente relacionados com infiltrações, elevadores e acessibilidade, e informando que os moradores pretendem levar a situação a reunião da Câmara Municipal de Lisboa. -----

---No decurso desta intervenção, outros membros da Assembleia referiram não ter tido conhecimento prévio da iniciativa, manifestando a importância de uma maior articulação e partilha de informação entre as diversas bancadas e entidades envolvidas, de forma a garantir transparência e participação alargada. -----

---Não se tendo registado mais intervenções, o Presidente da Assembleia deu por concluído o período de antes da ordem do dia, prosseguindo os trabalhos com o período da ordem do dia. -----

-----III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

---Entrou-se no ponto um da ordem de trabalhos, relativo à apreciação da **informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, respeitante ao período compreendido entre dezasseis e trinta de novembro**, correspondente à Deliberação n.º 84/2025, de dez de dezembro. -----

---No uso da palavra, José António Videira, Presidente da Junta de Freguesia apresentou a informação, referindo que o período em análise é reduzido, correspondendo essencialmente ao intervalo entre a eleição do Executivo e o final do mês. Indicou que a atividade desenvolvida se centrou na preparação dos documentos previsionais para 2026, na realização de procedimentos concursais, na continuidade das respostas sociais e no acompanhamento de atividades comunitárias. -----

---O membro da Assembleia **Luís Castro (PSD)**, apresentou um conjunto de observações, nomeadamente quanto à ausência do Regulamento de Apoios Sociais no site da Junta de Freguesia, à falta de informação relativa à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e à existência de lapsos e incorreções no documento, sugerindo a sua revisão. -----

---O membro da Assembleia **Gil Poiães (IL)**, referiu que o documento não permite identificar uma visão estratégica do Executivo para a freguesia, designadamente no que respeita a matérias estruturantes como o impacto do novo hospital, defendendo a necessidade de maior planeamento e enquadramento estratégico. -----

---O **Presidente da Assembleia**, esclareceu que a informação escrita constitui um documento de natureza descritiva da atividade desenvolvida, não tendo como principal objetivo a definição de orientações estratégicas futuras. -----

---O membro da Assembleia **João Marrana, (CDS-PP)**, manifestou reservas quanto à forma e conteúdo do documento, considerando-o pouco claro e excessivamente genérico, apontando situações que, no seu entendimento, carecem de maior rigor e detalhe, designadamente ao nível dos dados apresentados e da descrição das atividades desenvolvidas. -----

---O **Presidente da Junta** tomou nota das observações apresentadas, manifestando disponibilidade para melhorar o conteúdo e a qualidade da informação em futuras apresentações. -----



---O ponto foi apreciado, não havendo lugar a votação por se tratar de um ponto de natureza informativa. -----

---Entrou-se no Ponto dois da ordem de trabalhos, relativo à apresentação, discussão e votação dos documentos previsionais para o ano de dois mil e vinte e seis, correspondentes às Deliberações n.ºs **85/2025 e 86/2025** da Junta de Freguesia, de dez de dezembro, incluindo o Orçamento, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades. -----

---No uso da palavra, o Presidente da Junta de Freguesia procedeu à apresentação dos documentos previsionais, com recurso a meios audiovisuais. Referiu que o orçamento estimado ascendia a 9.238.500 euros, explicando a sua composição ao nível das receitas e das despesas, bem como a repartição por unidades orgânicas. Sublinhou o peso das despesas com pessoal, a atualização salarial, a previsão de novas contratações e os apoios previstos para diversas áreas, designadamente desporto, cultura, educação e ação social. -

---Referiu ainda que o investimento direto da Junta é reduzido, dependendo em larga medida das verbas associadas aos contratos de delegação de competências e de transferências municipais. -----

---Usou da palavra um membro da Assembleia de Freguesia, **Pedro Monteiro (CDS-PP)** começou por dirigir votos de um bom mandato ao Sr. Presidente da de Freguesia, à Mesa, ao Executivo, aos restantes membros da Assembleia, aos trabalhadores da Junta de Freguesia e ao público presente e a acompanhar a sessão à distância. -----

---No âmbito da discussão do orçamento e do plano plurianual de investimentos, referiu não conseguir identificar, de forma clara, uma estratégia de investimento para a freguesia, salientando que os valores previstos para investimento em áreas como o espaço público, desporto e juventude lhe pareciam reduzidos face à dimensão do orçamento global da Junta de Freguesia. -----

---Considerou que o documento apresentado se centra essencialmente em despesa corrente, designadamente com pessoal e aquisição de bens e serviços, não evidenciando uma componente significativa de investimento estruturante para a freguesia. -----

---Referiu ainda a importância de existir uma estimativa de execução orçamental do ano em curso, defendendo que tal informação é essencial para avaliar a adequação do orçamento proposto para o ano seguinte. -----

---Sublinhou igualmente a necessidade de definição de uma visão estratégica para a freguesia no início do mandato, permitindo aos membros da Assembleia compreender quais os objetivos a atingir e as transformações pretendidas ao longo do mesmo. -----

---Apontou ainda a ausência de informação clara sobre investimentos realizados em anos anteriores, nomeadamente no âmbito de contratos de delegação de competências, referindo a dificuldade em identificar concretamente as intervenções executadas no território. -----

---Referiu exemplos concretos de intervenções no espaço público que, na sua opinião, evidenciam limitações na capacidade de requalificação urbana, defendendo a necessidade de uma abordagem mais estruturada e de maior escala, eventualmente em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa. -----

---Mencionou igualmente a importância de acompanhar projetos relevantes para a freguesia, como o novo hospital, sublinhando a necessidade de clarificar impactos e intervenções associadas. -----

---Concluiu a sua intervenção reforçando que as observações apresentadas constituem um



contributo construtivo, manifestando o desejo de que o Executivo desenvolva um bom mandato e promova melhorias efetivas na freguesia. -----

-----Usou da palavra o membro da Assembleia **Mário Gil Poiares (IL)**, que começou por referir que subscrevia as considerações anteriormente apresentadas por membros do CDS-PP, salientando que a sua intervenção se enquadrava num contributo construtivo para o interesse da freguesia. -----

---Sublinhou que a Iniciativa Liberal se encontra disponível para viabilizar e aprovar propostas orçamentais sempre que considere que estas servem o interesse da população, independentemente de posicionamentos partidários, destacando, contudo, a importância da transparência no processo orçamental. -----

---Referiu que considerava inadequada a apresentação de um orçamento para o ano de dois mil e vinte seis sem a devida comparação com o orçamento de dois mil e vinte e cinco e sem uma estimativa de execução orçamental do ano em curso, entendendo que tais elementos são essenciais para uma análise rigorosa e fundamentada. -----

Observou que, embora o documento apresentasse alguns quadros comparativos ao nível da despesa, não existia um verdadeiro comparativo global entre receitas e despesas com o ano anterior, o que, no seu entendimento, dificultava a compreensão da evolução orçamental. -----

---Defendeu que o orçamento deveria seguir princípios de orçamento base zero, evitando a mera reprodução de despesas anteriores, e considerou que o documento apresentado aparentava seguir uma lógica contrária a essas boas práticas. -----

---Apontou ainda a ausência de uma abordagem de contabilidade de gestão, referindo que o orçamento não permite identificar o equilíbrio entre custos e rendimentos por atividade, como equipamentos, serviços ou projetos específicos, o que impossibilita avaliar a eficiência da afetação de recursos. -----

Mencionou que esta questão já havia sido assinalada anteriormente pelo Revisor Oficial de Contas, no âmbito do cumprimento da norma contabilística NCP 27, indicando que a Junta de Freguesia não estaria a cumprir integralmente esse requisito nem teria apresentado justificação para tal. -----

---No que respeita às receitas, referiu ter identificado variações significativas em algumas rubricas, nomeadamente aumentos expressivos em receitas provenientes de serviços específicos, bem como alterações em licenças e outras fontes, cuja justificação não se encontrava devidamente explicitada no documento. -----

---Destacou igualmente uma redução global nas receitas correntes, acompanhada por uma redução semelhante nas despesas correntes, referindo que, apesar de parte dessa variação poder estar associada a contratos de delegação de competências, a falta de detalhe não permite identificar concretamente os serviços ou áreas afetadas. -----

---Sublinhou a necessidade de discriminar, de forma clara, os fluxos financeiros associados a cada contrato de delegação de competências, de modo a permitir uma análise transparente das receitas e despesas por atividade. -----

---Apontou ainda uma diminuição nas transferências para entidades sem fins lucrativos e para famílias face ao orçamento anterior, questionando as razões dessa redução e se a mesma corresponde a uma diminuição de apoios sociais. -----

---Por fim, referiu que o plano plurianual de investimentos apresentava valores reduzidos e constantes ao longo dos anos, questionando se tal correspondia a uma estratégia efetiva de investimento ou apenas a uma forma de acomodação orçamental. -----



---No uso da palavra, o **Presidente da Junta de Freguesia** iniciou a sua intervenção respondendo às questões colocadas no debate, começando por esclarecer que a discussão em curso dizia respeito ao orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis e não ao relatório e contas, salientando que o Revisor Oficial de Contas não se pronuncia sobre orçamentos, mas sim sobre relatórios e certificação legal de contas. -----

---Referiu ainda que a invocação de normas contabilísticas nesse contexto não se afigurava adequada ao ponto em discussão. -----

Sublinhou que uma análise mais aprofundada da atividade da Junta de Freguesia em mandatos anteriores permitiria compreender melhor a evolução das opções orçamentais, destacando, a título de exemplo, a isenção de taxas praticada entre dois mil e vinte e dois mil e vinte e quatro, com impacto direto na receita da freguesia. -----

---Esclareceu que o orçamento não tem como finalidade discriminar detalhadamente todas as despesas a realizar ao longo do ano, mas sim estabelecer previsões globais, incluindo dotações que podem não vir a ser integralmente executadas, designadamente por dependência de transferências externas, nomeadamente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

---Explicou que a transição de verbas entre exercícios, designadamente no âmbito de contratos de delegação de competências, decorre de atrasos ou ausência de transferências, tendo referido que no ano de dois mil e vinte e cinco não foi recebida qualquer verba nesse âmbito. -----

---Defendeu que as juntas de freguesia têm, por natureza, competências predominantemente associadas à gestão de despesa corrente e prestação de serviços de proximidade, cabendo aos municípios a responsabilidade principal pelos investimentos estruturantes de maior dimensão. -----

---Fez ainda um enquadramento histórico da evolução das competências das freguesias na cidade de Lisboa, referindo que a capacidade de investimento destas entidades tem vindo a aumentar gradualmente, mas permanece limitada face às responsabilidades municipais.

---Em resposta às críticas sobre a ausência de investimento, enumerou diversas intervenções realizadas na freguesia em anos anteriores, nomeadamente requalificação de parques infantis, recuperação de equipamentos desportivos e construção de infraestruturas, sublinhando o esforço desenvolvido pelo Executivo nesse domínio. -----

---Referiu também constrangimentos na concretização de alguns projetos, designadamente decorrentes de decisões ou pareceres de serviços municipais, que, no seu entendimento, condicionaram a execução de investimentos relevantes para a freguesia. --

---Sublinhou ainda o impacto significativo do aumento dos custos operacionais, designadamente com recursos humanos, energia e manutenção de equipamentos, referindo que tais encargos limitam a capacidade de investimento da Junta de Freguesia.

---Defendeu que a sustentabilidade financeira da freguesia depende, em grande medida, das transferências da Câmara Municipal de Lisboa, considerando insuficiente o apoio recebido face às necessidades identificadas. -----

---Concluiu afirmando que a prioridade do Executivo tem sido garantir a prestação de serviços essenciais à população e a manutenção das respostas existentes, reconhecendo que a capacidade de investimento depende de decisões e apoios externos, designadamente do município. -----

---Usou da palavra **João Marrana (CDS-PP)**, que iniciou a sua intervenção referindo que a sua posição assentava na ação e na determinação, sublinhando a importância do debate



democrático entre membros eleitos. -----

---Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia, referiu que o mesmo conhecia previamente a realidade da freguesia e as condições existentes, considerando que o estado atual da freguesia resulta também da sua atuação em mandatos anteriores, quer em sentido positivo quer negativo. -----

Sublinhou que, não tendo sido apresentada qualquer proposta para realização de uma auditoria às contas da Junta de Freguesia, o passado recente deve igualmente ser assumido como responsabilidade do atual Executivo. -----

---Referiu ainda que, tendo o Presidente decidido candidatar-se ao cargo, o fez com conhecimento das dificuldades existentes, considerando, por isso, que não é adequado imputar responsabilidades exclusivamente a terceiros. -----

---Acrescentou que a transferência de responsabilidades entre diferentes entidades não contribui para a resolução dos problemas, defendendo a necessidade de uma abordagem mais direta e responsável. -----

---Alertou que as declarações do Presidente poderiam ser interpretadas como reveladoras de dificuldades na afirmação da credibilidade da Junta de Freguesia e na capacidade de concretização de projetos junto de outras entidades, nomeadamente municipais. -----

---Sublinhou que tanto a Câmara Municipal como a Junta de Freguesia têm responsabilidades próprias, defendendo que a resolução dos problemas deve assentar numa análise objetiva e numa atuação concertada, e não na atribuição recíproca de culpas.

---Referiu ainda que não é adequado desvalorizar as intervenções ou o conhecimento dos membros da Assembleia, especialmente quando está em causa a apreciação de um documento estruturante como o orçamento. -----

---Por fim, reforçou a importância de o orçamento para 2026 refletir de forma clara a execução do ano anterior, defendendo que a comparação com o exercício de 2025 é essencial para uma análise rigorosa e transparente, alertando para o risco de adiamento sucessivo de questões estruturais sem a devida clarificação. -----

---Usou depois da palavra o membro da Assembleia **Gustavo Aires, (CH)**, que colocou questões sobre o aumento da verba destinada a instituições sem fins lucrativos na área da cultura, pretendendo perceber a respetiva afetação, bem como sobre a rubrica respeitante a “outros trabalhos especializados”, pedindo esclarecimentos quanto ao seu conteúdo. ---

---Usou da palavra o membro da Assembleia **José Martins (PCP)**, que iniciou a sua intervenção no âmbito da discussão do orçamento e do plano de atividades, referindo que o plano apresentado lhe parecia ambicioso e suportado pelas verbas inscritas no orçamento. -----

---Salientou, contudo, que não se tratava de um orçamento da sua força política, caracterizando-o como um orçamento de continuidade, e manifestando reservas quanto à possibilidade de fazer mais com menos recursos, tendo em conta a redução global da verba disponível, que estimou em cerca de quatrocentos e quarenta mil euros face ao ano anterior. -----

---Referiu que, apesar dessas limitações, o objetivo comum deverá ser o interesse da freguesia, defendendo uma postura construtiva por parte de todos os membros da Assembleia, através da apresentação de propostas e contributos, manifestando expectativa de que o Executivo esteja disponível para os acolher. -----

---Sublinhou que existe um entendimento generalizado quanto à necessidade de reforço do investimento e de captação de mais recursos, designadamente através de articulação



com outras entidades, nomeadamente o município. -----

---No que respeita à estrutura do orçamento, referiu a existência de variações nas receitas, apontando uma tendência de diminuição, e indicando que tal poderá estar associada a opções de gestão financeira. -----

---Destacou ainda o aumento da despesa na área da administração, na ordem dos trezentos e setenta e cinco mil euros, relacionando-o com a atualização de encargos, designadamente decorrentes do aumento do salário mínimo. -----

---Manifestou, contudo, preocupação com um eventual aumento da precariedade laboral, questionando se parte dessa despesa poderia estar associada a prestações de serviços ou avenças. -----

---Por outro lado, referiu a existência de uma redução de verbas nas áreas da ação social e da habitação, estabelecendo um contraste com o aumento registado na administração, e questionando se tal redução poderia traduzir-se numa diminuição de apoios sociais, designadamente no âmbito de programas ou subsídios atribuídos. -----

---Concluiu a sua intervenção deixando em aberto a necessidade de esclarecimentos adicionais por parte do Executivo relativamente a estas matérias. -----

---Usou da palavra **Luís Castro (PSD)**, que iniciou a sua intervenção no âmbito da discussão do plano de atividades e do plano de investimentos para o ano de dois mil e vinte e seis, salientando que estes documentos assumem uma natureza orientadora e política, devendo refletir a visão do Executivo para a freguesia. -----

---Referiu que, na sua análise, o documento apresentado não traduzia de forma clara essa visão estratégica, considerando que apresenta sobretudo previsões genéricas, com reduzida concretização de medidas e atividades específicas a desenvolver. -----

---Observou ainda que o documento apresentava uma extensão significativa, que, no seu entendimento, não correspondia a um acréscimo de conteúdo substancial, sugerindo que poderia ser mais sintético e objetivo. -----

---Destacou a predominância da área do desporto no documento, referindo que esta ocupa uma parte considerável do plano de atividades, o que considerou desproporcionado face a outras áreas de intervenção da freguesia. -----

---Sublinhou que o orçamento da Junta de Freguesia não se limita às transferências do Estado ou da Câmara Municipal de Lisboa, defendendo a necessidade de uma maior aposta na captação de receitas próprias. -----

Referiu que, na sua análise, o documento não apresenta estratégias claras nesse sentido, apontando como exemplo a ausência de iniciativas mais ambiciosas, como investimentos na área da mobilidade elétrica, designadamente a instalação de pontos de carregamento, que poderiam gerar receitas futuras. -----

---Manifestou igualmente preocupação com a ausência de investimentos relevantes na área da higiene urbana, nomeadamente ao nível de equipamentos, referindo a inexistência de referências à aquisição de meios como varredoras, o que, no seu entendimento, seria essencial numa freguesia com as características de Marvila. -----

---Registou positivamente a intenção de retomar o Orçamento Participativo, ainda que com uma dotação reduzida, considerando importante garantir a sua operacionalização, bem como a constituição de uma comissão de acompanhamento e a resolução de processos pendentes de edições anteriores. -----

---Referiu também a situação da piscina da freguesia, questionando a ausência de soluções ao longo dos últimos anos para mitigar os custos associados, nomeadamente ao nível do



consumo energético, considerando que existem mecanismos que poderiam ter sido adotados para reduzir a despesa. -----

---Por fim, chamou a atenção para a existência de valores idênticos em diversas rubricas do plano de investimentos, designadamente montantes arredondados, considerando que tal poderá suscitar dúvidas quanto à fundamentação e ao rigor da previsão orçamental. --

---Concluiu a sua intervenção reforçando a necessidade de maior clareza, ambição e concretização nos documentos apresentados. -----

---Usou da palavra **Mário Gil Poiares (IL)**, que iniciou a sua intervenção por responder a comentários que lhe haviam sido dirigidos, salientando que foi eleito pelos fregueses de Marvila, à semelhança dos restantes membros da Assembleia, e que, nesse sentido, detém igual legitimidade democrática para intervir no debate. -----

Referiu ainda a importância do respeito pela vontade expressa pelos eleitores. -----

Relativamente às questões anteriormente colocadas, esclareceu que as suas observações se enquadravam em princípios básicos de contabilidade e em requisitos legais aplicáveis, designadamente no âmbito da norma contabilística NCP 27. -----Sublinhou que tais princípios devem refletir-se em todos os documentos de natureza contabilística produzidos pela Junta de Freguesia, incluindo aqueles em apreciação na presente sessão.

---Concluiu a sua intervenção reafirmando a pertinência das questões colocadas no âmbito da análise do documento. -----

Usou da palavra **Pedro Monteiro (CDS-PP)**, que iniciou a sua intervenção por esclarecer que, no seu entendimento, o orçamento não apresentava uma diminuição global, referindo que, excluindo o efeito dos contratos de delegação de competências, o orçamento evidenciava um aumento na ordem dos seiscentos e sessenta mil euros. -----

---Explicou que a redução verificada nas verbas associadas aos contratos de delegação de competências se devia à ausência de execução dessas mesmas verbas, não correspondendo, assim, a uma diminuição efetiva da capacidade orçamental da Junta de Freguesia. -----

---Destacou que a única rubrica com redução significativa seria a da ação social, apontando uma diminuição de cerca de duzentos e cinquenta mil euros. -----

---Nesse contexto, questionou o **Presidente da Junta de Freguesia José António Videira** sobre a eventual apresentação de um orçamento retificativo, solicitando esclarecimentos quanto à evolução prevista das transferências correntes, nomeadamente no que respeita aos apoios a atribuir. -----

---Referiu que, dos cerca de quinhentos e cinquenta mil euros previstos, aproximadamente cem mil euros se destinariam ao FES e quatrocentos e cinquenta mil euros a apoios a associações, questionando se este montante se manteria ou se poderia vir a ser reforçado.

---Relativamente à gestão da piscina da freguesia, defendeu a necessidade de equacionar a sua concessão, considerando que tal poderia constituir uma solução mais eficiente do ponto de vista da gestão e da sustentabilidade financeira. -----

---Concluiu a sua intervenção reafirmando a necessidade de avaliar alternativas que permitam otimizar os recursos da freguesia. -----

---Usou da palavra **Mafalda Correia, (PS)**, que iniciou a sua intervenção referindo que, no seu entendimento, o orçamento apresentado reflete uma gestão equilibrada, responsável e prudente por parte da Junta de Freguesia. -----

---Sublinhou que o plano plurianual evidencia uma visão estratégica de médio prazo, permitindo assegurar estabilidade e previsibilidade na ação do Executivo, contribuindo



para a sustentabilidade financeira da freguesia. -----

---Referiu ainda que o orçamento previsional não tem carácter definitivo, podendo ser ajustado ao longo do ano em função das necessidades e da evolução da execução financeira. -----

---Reconheceu que o documento não corresponde ao orçamento ideal, mas considerou que é aquele que oferece maior confiança face ao contexto atual. -----

Relativamente à intervenção na rotunda referida no debate, salientou que a mesma ainda não se encontra concluída, pelo que considerou natural que o resultado final ainda não seja plenamente visível. -----

---No que respeita ao plano de atividades, destacou o papel das associações da freguesia, referindo que estas contribuem para a dinamização de iniciativas locais, sendo apoiadas pela Junta de Freguesia nesse âmbito. -----

---Sublinhou ainda o empenho e dedicação dos intervenientes na vida da freguesia, considerando que a participação decorre de um compromisso com a comunidade. -----

---Relativamente à questão da piscina, referiu que qualquer decisão deverá ter em consideração os impactos sociais e laborais, nomeadamente no que respeita aos trabalhadores afetos ao equipamento. -----

---Concluiu a sua intervenção defendendo a importância de um debate construtivo, que incluía a apresentação de propostas. -----

---Usou da palavra o **Luís Castro (PSD)**, que iniciou a sua intervenção em resposta a referências feitas no debate, dirigindo-se à membro da Assembleia **Mafalda Correia (PS)**.

---Referiu que, ao longo dos últimos anos e no âmbito das reuniões realizadas ao abrigo do direito de oposição, apresentou ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia diversas propostas relativas à gestão da piscina da freguesia. -----

Sublinhou que existem exemplos noutras juntas de freguesia da cidade de Lisboa em que este tipo de equipamento apresenta sustentabilidade financeira, considerando que a situação atual, em que a Junta suporta os custos sem intervenção significativa na gestão da receita, não é adequada. -----

---Defendeu que esta configuração representa um modelo desequilibrado do ponto de vista financeiro, não sendo sustentável a médio prazo. -----

---Acrecentou que apresentou igualmente soluções concretas para a redução dos custos energéticos associados ao equipamento, referindo que tais medidas já se encontram implementadas noutros contextos. -----

---Concluiu a sua intervenção manifestando que as propostas da oposição devem ser consideradas pelo Executivo, no sentido de melhorar a gestão dos equipamentos da freguesia. -----

---No uso da palavra, o **Presidente da Junta de Freguesia** respondeu às questões colocadas no debate, começando por referir que se candidatou ao cargo com pleno conhecimento da realidade da freguesia, mas sublinhando também a dependência de decisões e orientações da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente no que respeita à delegação de competências. -----

---Referiu que, apesar de sucessivas propostas apresentadas ao longo dos últimos anos, designadamente no âmbito da higiene urbana e de outras áreas estruturais, não foram obtidas respostas ou enquadramentos claros por parte do município, o que condiciona a ação da Junta de Freguesia. -----

---Destacou igualmente a incerteza quanto à continuidade de instrumentos de apoio social,



como o Fundo de Emergência Social, justificando, nesse contexto, a redução de verbas nas áreas da ação social e habitação. -----

---Defendeu que a gestão orçamental deve assentar na realidade dos recursos disponíveis, salientando que a Junta não pode basear a sua atuação em receitas incertas ou dependentes de decisões externas. -----

Sublinhou o investimento realizado em diversas áreas, nomeadamente no desporto, educação e ação social, referindo que essas políticas contribuíram para a melhoria das condições de vida da população e para a promoção da inclusão social na freguesia. -----

---Referiu ainda que a freguesia apresenta indicadores de segurança positivos, associando os ao trabalho desenvolvido ao nível social e comunitário. -----

---Relativamente à piscina, reconheceu que o modelo atual apresenta limitações, tendo sido adotadas medidas de redução de custos, nomeadamente ao nível energético, mas defendendo a necessidade de uma solução estruturada e articulada com o município, salvaguardando simultaneamente os trabalhadores e utilizadores do equipamento. -----

---No que respeita à higiene urbana, esclareceu que a Junta dispõe de equipamentos adequados, incluindo varredoras, e que se encontram previstas aquisições adicionais, referindo, contudo, constrangimentos ao nível dos recursos humanos, designadamente por situações de readaptação funcional de trabalhadores. -----

---Sublinhou a importância de garantir condições dignas aos trabalhadores, defendendo uma abordagem humanista na gestão dos recursos humanos, ainda que com impacto financeiro significativo. -----

---Referiu que o orçamento apresentado deve ser entendido no contexto real da receita efetiva disponível, que estimou em cerca de cinco a seis milhões de euros, sendo necessário assegurar uma gestão prudente e controlada da despesa. -----

---Explicou que a redução de apoios a instituições resulta da necessidade de contenção orçamental, reconhecendo tratar-se de uma decisão difícil, mas necessária para garantir o equilíbrio financeiro da Junta. -----

-Esclareceu ainda que as despesas com trabalhos especializados correspondem a necessidades técnicas e legais, como serviços de engenharia e proteção de dados, não estando associadas a assessoria de natureza política. -----

---Por fim, referiu a importância de manter reservas financeiras que permitam responder a imprevistos, dando como exemplo um atraso recente nas transferências do Estado, que obrigou à utilização de saldos de gerência para assegurar o pagamento atempado de salários. -----

---Concluiu afirmando que o orçamento apresentado é um orçamento equilibrado, prudente e ajustado à incerteza do contexto atual, permitindo garantir o funcionamento da freguesia e a continuidade dos serviços essenciais. -----

---Colocados à votação o Orçamento, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades para dois mil e vinte e seis, os documentos foram **aprovados por maioria**, com os votos favoráveis do **Partido Comunista Português, Bloco de Esquerda e Partido Socialista**, os votos contra do **Centro Democrático e Social - Partido Popular, Iniciativa Liberal, Partido Social Democrata e Chega**, não se registando abstenções. --

---Após a votação, o membro Tiago Filipe Cardoso Gonçalves (PCP) apresentou declaração de voto, que aqui se transcreve: -----

---"**Declaração de sentido de voto - Plano de Actividades e Orçamento para 2026**



O Plano Anual de Actividades para 2026 que hoje discutimos e votámos é, do ponto de vista político e programático, um documento estruturado e com uma leitura correcta de muitos dos problemas reais da freguesia de Marvila. Reconhecemos nele um conjunto vasto de áreas de intervenção que correspondem a necessidades concretas da população.

---O problema central não está, portanto, no Plano de Actividades, mas no Orçamento que o acompanha.

---O Orçamento é claramente insuficiente para dar corpo, de forma consequente, às ambições e compromissos inscritos no Plano de Actividades. Existe uma desproporção evidente entre aquilo que se propõe fazer e os meios financeiros disponíveis para o concretizar. E isso não é uma questão técnica ou meramente contabilística. É uma questão política.

---Marvila é uma das maiores freguesias da cidade e carrega décadas de abandono e de desinvestimento. Problemas estruturais na habitação pública, carências profundas no espaço público, na limpeza urbana, na mobilidade, na acção social, na saúde e na educação não se resolvem com orçamentos mínimos nem com a gestão permanente da escassez como se fosse um dado inevitável.

---Acrece que foi recentemente aprovada na Câmara Municipal de Lisboa a devolução do IRS, com o apoio do Chega e a abstenção do Partido Socialista. Falamos de cerca de 90 milhões de euros por ano, 360 milhões de euros ao longo do mandato, recursos públicos que podiam e deviam ser utilizados para responder às necessidades colectivas da cidade e das freguesias, e não para beneficiar apenas uma minoria privilegiada. Esta opção tem consequências diretas na capacidade de financiamento das políticas públicas locais e não pode ser ignorada.

---É por isso que entendemos que este Orçamento tem de ser encarado como um ponto de partida e não como um teto. A Junta de Freguesia deve assumir, de forma inequívoca, o seu lado junto das justas reivindicações dos moradores de Marvila e ter um papel muito mais interventivo e exigente junto da Câmara Municipal, do Governo e das restantes entidades. Não basta sinalizar problemas. É preciso exigir respostas.

---Há matérias que exigem intervenção imediata:

- Na saúde, não é aceitável que cerca de 70% dos inscritos na Unidade de Saúde de Marvila continuem sem médico de família. É urgente que a Junta promova uma reunião com a ARS-LVT para exigir soluções concretas, porque não podemos passar mais quatro anos a assistir a esta situação.

- Nos transportes, é igualmente urgente uma reunião com a CP para reivindicar a ampliação da plataforma da estação de Marvila, de forma a permitir que todos os comboios voltem a parar na estação, bem como a retoma do serviço ao fim de semana e o alargamento dos horários do comboio da Azambuja, nomeadamente no período da manhã.

- Na habitação, o flagelo dos elevadores avariados, das infiltrações e da degradação do edificado não pode continuar. São problemas que afetam diretamente o

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS MARVILA

dignidade e a segurança das pessoas e exigem uma intervenção firme da Junta e junto da Câmara e da Gebalis.

- Ao nível do combate à pobreza e da Acção social, é urgente reunir as associações e instituições que trabalham no terreno, conhecer as suas carências e definir de



forma articulada como pode a Junta intervir para combater este flagelo que atinge cada vez mais famílias em Marvila.

---A nossa posição é clara. O PCP e a CDU não bloqueiam, como nunca bloquearam. Mas também não passam cheques em branco. Estaremos atentos à execução do Orçamento, disponíveis para trabalhar, para apresentar propostas e para convergir em soluções que melhorem a vida da população. Mas seremos exigentes. Exigentes na defesa do interesse público, exigentes na concretização do que foi aprovado, exigentes na luta por mais recursos para Marvila.

---Porque quem aqui vive, trabalha e estuda precisa de muito mais do que boas intenções. Precisa de respostas concretas, visíveis e duradouras.

---É neste quadro que o PCP e a CDU assumem uma posição responsável, construtiva e vigilante, sempre do lado dos marvilenses, das suas necessidades e dos seus direitos.”

---Entrou-se no ponto três da ordem de trabalhos, relativo à apresentação, discussão e votação do mapa de pessoal da freguesia. -----

---No uso da palavra, o Presidente da Junta de Freguesia apresentou o mapa de pessoal, referindo que o documento havia sido previamente disponibilizado aos membros da Assembleia. -----

---No decurso da discussão, usaram da palavra diversos membros da Assembleia. -----

--- O membro da Assembleia **Gustavo Aires, (CH)** solicitou esclarecimentos relativamente à identificação de um prestador de serviços que surgia associado a diferentes áreas, questionando a eventual duplicação de remunerações. -----Em resposta, o Presidente da Junta esclareceu tratar-se de um único prestador de serviços, com uma avença, explicando o enquadramento das funções desempenhadas. -----

---Sobre a mesma matéria, o membro da Assembleia **João Marrana (CDS-PP)** interveio, salientando a relevância das funções de mediação intercultural no contexto escolar e comunitário. -----

---Usou da palavra **Nuno Sousa (CH)**, que esclareceu que a questão anteriormente colocada não se relacionava com qualquer matéria de natureza étnica ou pessoal, mas exclusivamente com a necessidade de clarificação administrativa. -----

---Sublinhou que o objetivo da intervenção era apenas perceber se a situação identificada correspondia à existência de dois trabalhadores distintos com o mesmo nome ou se se tratava do mesmo prestador de serviços associado a mais do que uma avença. -----

---Referiu que a sua preocupação se prendia com a transparência e correta interpretação da informação constante no documento, não estando em causa qualquer outro tipo de consideração. -----

---No uso da palavra, o **Presidente da Junta de Freguesia** respondeu às questões colocadas, começando por esclarecer que a matéria suscitada não se enquadrava diretamente no ponto em discussão, uma vez que este dizia respeito ao mapa de pessoal e não a prestações de serviços. -----

Ainda assim, prestou os esclarecimentos solicitados, referindo que o prestador de serviços em causa apenas detém uma única avença com a Junta de Freguesia, no valor mensal de cerca de mil e duzentos euros, não existindo qualquer duplicação de pagamentos. -----

---Explicou que o valor da avença se justifica pela diversidade de funções desempenhadas, designadamente na área da mediação comunitária em contexto escolar e no apoio à utilização de equipamentos, nomeadamente no acompanhamento e vigilância de instalações utilizadas pela comunidade. -----



---Referiu que a colaboração teve origem em necessidades identificadas no contexto escolar, tendo contribuído para a melhoria do funcionamento e estabilidade do espaço educativo, sendo a sua continuidade também acompanhada em articulação com o respetivo agrupamento de escolas. -----

---Acrescentou que a evolução das funções desempenhadas ao longo do tempo justificou a atualização das condições contratuais, nomeadamente com o alargamento das responsabilidades associadas a novos equipamentos e atividades. -----

---Por fim, esclareceu que a contratação foi efetuada nos termos legais aplicáveis à prestação de serviços, não se tratando de vínculo de emprego público, tendo sido sempre validada pelos serviços competentes. -----

---Usou da palavra o **Luís Castro (PSD)**, que começou por referir que pretendia colocar algumas questões concretas relativamente ao mapa de pessoal apresentado. -----

---Observou que o documento prevê um total de cento e quinze trabalhadores para o ano de dois mil e vinte seis, questionando se já se encontram contemplados, nesse número, os lugares correspondentes a futuros cargos de chefia intermédia. -----

De seguida, referiu que, da análise efetuada, a área da higiene urbana e dos espaços verdes aparenta concentrar o maior número de postos de trabalho a preencher, questionando se essa unidade não é já aquela que apresenta maior taxa de ocupação no mapa de pessoal da Junta de Freguesia. -----

---Por fim, salientou que, não obstante o ponto em discussão incidir sobre trabalhadores com vínculo, verificou a existência de um montante significativo previsto para prestações de serviços, questionando se o valor global estimado para avenças no próximo ano ascende a cerca de setecentos e cinquenta e cinco mil euros. -----

---Usou da palavra **Pedro Monteiro (CDS-PP)**, que iniciou a sua intervenção referindo que pretendia colocar algumas questões de forma sucinta relativamente ao mapa de pessoal. -

---Começou por retomar a questão anteriormente colocada sobre os cargos de chefia, referindo que, da leitura do documento, identifica a previsão de um lugar de dirigente intermédio de segundo grau, questionando se esse lugar corresponde a um dos cargos de chefia previstos e se existem outros a considerar. -----

---De seguida, manifestou alguma dúvida quanto à distinção entre o mapa de pessoal e as prestações de serviços, salientando que no documento não constam avenças, mas que o tema havia sido referido na discussão. Nesse sentido, solicitou esclarecimento sobre o número de prestadores de serviços em regime de avença, designadamente quantos exercem funções a tempo inteiro, por uma questão de transparência global da estrutura de recursos humanos da Junta de Freguesia. -----

---Questionou ainda se o número de trabalhadores previsto no mapa de pessoal, nomeadamente nas áreas da higiene urbana e da educação, corresponde às necessidades efetivas da freguesia, ou se subsistem carências que justifiquem reforço adicional de recursos humanos. -----

---Concluiu a sua intervenção, não tendo acrescentado mais questões. -----

---No uso da palavra, um membro da Assembleia retomou a questão anteriormente colocada, procurando clarificar a situação relativa ao prestador de serviços em causa. ----

---Referiu que, tanto quanto era do seu conhecimento, o mesmo exercia funções em contexto escolar, tendo inicialmente feito referência a um estabelecimento de ensino, posteriormente corrigido para a Escola EB 2,3 de Marvila. -----



---Acrescentou ainda que a sua dúvida incidia sobre a existência de referência a registo criminal anteriormente mencionado, conforme constava de ata anterior, pretendendo apenas confirmar essa informação. -----

---No uso da palavra, o **Presidente da Junta de Freguesia** prestou esclarecimentos adicionais relativamente à situação anteriormente abordada, distinguindo entre os requisitos aplicáveis a trabalhadores com vínculo de emprego público e a prestadores de serviços. -----

---Explicou que, no caso dos funcionários públicos, existem exigências legais mais rigorosas, nomeadamente no que respeita à inexistência de registo criminal, enquanto, no caso de prestações de serviços, a avaliação é efetuada tendo em conta a natureza das funções e a análise jurídica da situação concreta. -----

---Referiu que, à data da contratação inicial, foi efetuada a devida apreciação pelos serviços jurídicos, tendo sido considerado que a situação em causa não constituía impedimento à celebração do contrato de prestação de serviços. -----Acrescentou que o prestador de serviços em questão tem vindo a desempenhar as suas funções de forma continuada e sem registo de ocorrências posteriores, sendo que, à data mais recente, não consta qualquer impedimento dessa natureza. -----

Informou ainda que o mesmo se encontra atualmente em condições de participar em procedimentos concursais, nos termos legais aplicáveis. -----

--- **O Presidente da Junta de Freguesia** respondeu às questões colocadas, começando por informar que o procedimento Concursal para os cargos de direção intermédia se encontra em fase final, tendo sido concluídas as entrevistas aos candidatos. Referiu que os mesmos serão notificados durante o mês de janeiro, prevendo-se a tomada de posse entre os meses de fevereiro e março. -----

---Relativamente à área da higiene urbana, esclareceu que o número de lugares previstos no mapa de pessoal é idêntico ao existente em dois mil e dezassete, com cerca de cinquenta trabalhadores. Acrescentou, contudo, que parte destes trabalhadores se encontra em situação de readaptação funcional, sendo afetos a outras áreas, e que se prevê a saída de alguns por aposentação, atendendo à sua idade. -----

---No que respeita às prestações de serviços, esclareceu que os valores referidos não se encontram diretamente associados ao mapa de pessoal, mas a contratos de prestação de serviços (recibos verdes), distribuídos essencialmente por três áreas: equipamentos desportivos, higiene urbana e estabelecimentos de ensino. -----

---Indicou que estes prestadores de serviços desempenham funções de apoio operacional, nomeadamente vigilância e limpeza, estimando-se a existência de cerca de quarenta pessoas nestas condições, com um encargo global anual na ordem dos seiscentos mil euros. -----

---Referiu ainda que o montante global previsto inclui também verbas destinadas a serviços especializados, designadamente nas áreas jurídica, comunicação, design e engenharia, muitas das quais associadas à execução de contratos de delegação de competências, sendo parcialmente financiadas no âmbito desses mesmos contratos. -----

---Concluiu, referindo que, com estes esclarecimentos, procurou responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia. -----

---Usou da palavra o membro da Assembleia **Luís Castro (PSD)**, que, na sequência dos esclarecimentos prestados, colocou uma questão adicional relativa à utilização dos



equipamentos desportivos, questionando se as entidades utilizadoras suportam encargos com os trabalhadores afetos a esses espaços durante treinos ou jogos. -----

---No uso da palavra, o **Presidente da Junta de Freguesia** esclareceu que, nos equipamentos sob gestão direta da Junta, as instituições utilizadoras não suportam quaisquer custos com trabalhadores, sendo a utilização, no que respeita a essas condições, gratuita. -----

---Sublinhou que qualquer situação em que seja solicitado ou cobrado algum valor indevido deverá ser denunciado e devidamente averiguado pelas entidades competentes. -----

---Esclareceu ainda que existem diferenças consoante o regime de gestão dos equipamentos, referindo que, no caso de instalações cuja gestão não é direta da Junta de Freguesia, poderão existir regras próprias definidas pelas entidades responsáveis, nomeadamente em contexto escolar. -----

---Concluiu reafirmando que, nos equipamentos sob responsabilidade direta da Junta de Freguesia, não é permitido aos trabalhadores receber quaisquer valores pelas funções que desempenham no âmbito dessas atividades. -----

Usou da palavra a **Mafalda Correia (PS)**, que manifestou preocupação relativamente à referência, em sessão pública, a dados de natureza pessoal, designadamente informações relativas a registo criminal de um prestador de serviços. -----

---Sublinhou que não teve acesso a qualquer documento dessa natureza e questionou a adequação da divulgação de tais elementos em contexto de reunião pública, à luz das regras de proteção de dados pessoais (RGPD). -----

---Referiu ainda que, embora os nomes dos prestadores de serviços constem de plataformas públicas no âmbito da contratação pública, outros dados de natureza pessoal ou sensível não são de divulgação pública, devendo ser tratados com a devida reserva. --- Acrescentou que a menção a esse tipo de informação em sessão pode expor indevidamente a esfera privada do visado, defendendo que tais matérias devem, quando necessário, ser tratadas em sede própria e não em contexto público. -----

---Usou da palavra o **Luís Castro (PSD)**, que, na sequência dos esclarecimentos prestados, solicitou uma clarificação adicional relativamente ao regime de utilização dos equipamentos desportivos. -----

---Referiu pretender confirmar se, no caso do pavilhão com gestão associada ao Agrupamento de Escolas, poderá existir, em determinadas circunstâncias, algum tipo de encargo para as entidades utilizadoras, ao contrário do que sucede nos restantes equipamentos sob gestão direta da Junta de Freguesia. -----

---Sublinhou que a sua intervenção visava apenas esclarecer a coerência do regime aplicável aos diferentes equipamentos, questionando se, entre os pavilhões existentes, apenas aquele com gestão não direta poderá ter condições distintas de utilização. -----

---No uso da palavra, o Sr. **Presidente da Junta de Freguesia** prestou esclarecimentos adicionais relativamente ao regime de utilização dos pavilhões desportivos, distinguindo os diferentes modelos de gestão existentes. -----

---Esclareceu que, no caso do pavilhão do Agrupamento de Escolas D. Dinis, existe um protocolo que regula a sua utilização durante os dias úteis, não abrangendo, contudo, os fins de semana. -----

---Referiu que, nessas situações, a eventual necessidade de assegurar trabalhadores para funcionamento do espaço poderá implicar encargos por parte dos clubes utilizadores, uma vez que não se trata de um equipamento sob gestão direta da Junta de Freguesia. -----



Acrescentou que, para garantir equidade entre instituições, sempre que se verifiquem custos adicionais associados à utilização desse equipamento, a Junta de Freguesia procede, posteriormente, à compensação desses encargos, designadamente através de ajustamentos no âmbito dos apoios concedidos às entidades desportivas. -----

---Clarificou ainda que os restantes pavilhões apresentam regimes distintos, sendo que alguns se encontram sob gestão direta da Junta de Freguesia, onde não existem encargos para as instituições, enquanto outros funcionam em regime partilhado ou híbrido, consoante os horários e as entidades envolvidas. -----

---Concluiu, reafirmando que a Junta de Freguesia tem procurado garantir igualdade de tratamento entre todas as entidades utilizadoras, independentemente do equipamento utilizado. -----

---No decurso da discussão, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia** lembrou que o ponto em apreciação dizia respeito exclusivamente ao mapa de pessoal, ou seja, aos trabalhadores com vínculo à Junta de Freguesia, assinalando que a discussão se estava a desviar para matérias relacionadas com prestações de serviços, não constantes da ordem de trabalhos. -----

---Ainda assim, foi referido que algumas questões surgiram na sequência de dúvidas quanto à natureza do vínculo de determinadas pessoas, tendo sido clarificado que não se tratava de trabalhadores do mapa de pessoal, mas sim de prestadores de serviços. -----

---No seguimento da discussão, foi apresentada uma sugestão no sentido de, por motivos de proteção de dados pessoais, se ponderar a anonimização de referências identificativas na gravação da sessão, designadamente através da supressão ou alteração de nomes mencionados. -----

---Foi igualmente referido que a divulgação de determinados dados pessoais deve respeitar os limites legais aplicáveis, distinguindo-se entre informação de acesso público e informação de natureza reservada. -----

---Após estas intervenções, o Sr. **Presidente da Mesa** procurou recentrar os trabalhos no ponto em discussão, considerando a matéria suficientemente debatida. -----

---Não se registando mais intervenções, foi dada por encerrada a discussão do ponto, tendo o Sr. Presidente da Mesa anunciado a passagem à votação do mapa de pessoal da freguesia. -----

---Colocado à votação, o mapa de pessoal da freguesia foi **aprovado por maioria**, com **quatro votos contra da bancada do CHEGA, duas abstenções do CDS-PP, uma da INICIATIVA LIBERAL e uma do PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**, e dois votos favoráveis do **PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, um BLOCO DE ESQUERDA e sete PARTIDO SOCIALISTA**. -----

---Foram apresentadas declarações de voto pelas bancadas do **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA e da INICIATIVA LIBERAL**, a anexar à ata. -----

-----Entrou-se no Ponto quatro da ordem de trabalhos, relativo à autorização de celebração de protocolo de colaboração com a entidade FLÁVIO ZEFERINO DA SILVA, UNIPessoal, LDA, para a realização do evento de arte circense “MIRENE CARDINALI CIRCUS”, bem como à aprovação da respetiva minuta. -----

---O **Presidente da Junta de Freguesia** apresentou a proposta, referindo tratar-se de um protocolo que permitiu a disponibilização de bilhetes a preços reduzidos para a população, escolas e instituições da freguesia, enquadrando a iniciativa no âmbito da promoção



cultural e social. -----

---Após a apresentação, usaram da palavra vários membros da Assembleia de Freguesia.

---O membro **Gil Poiães (IL)** questionou o facto de os bilhetes já terem sido distribuídos antes da aprovação formal do protocolo pela Assembleia. -----

---O Presidente da Junta esclareceu que, por motivos de urgência e interesse público, a execução ocorreu previamente, tendo sido articulada com forças políticas ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, sendo o presente ponto apresentado para ratificação. ---

---Usou da palavra **João Marrana (CDS-PP)**, que manifestou discordância relativamente ao procedimento adotado pelo Executivo no âmbito do protocolo em apreciação. -----

---Referiu que a proposta apresentada não se encontrava corretamente enquadrada, considerando que não se tratava de uma aprovação, mas sim de uma ratificação de uma decisão já tomada pelo Executivo, sem prévia auscultação dos restantes grupos políticos representados na Assembleia. -----

---Sublinhou que, tratando-se de uma iniciativa que já vinha sendo realizada em anos anteriores, teria sido possível antecipar o processo e promover uma maior articulação com as diferentes forças políticas, garantindo um maior consenso. -----

---Questionou ainda se foram consideradas alternativas, nomeadamente através da consulta a outras entidades ou companhias na área circense, de forma a assegurar as melhores condições para a freguesia, tanto do ponto de vista financeiro como contratual.

---Referiu igualmente a ausência de informação detalhada sobre os custos associados, nomeadamente o valor real do apoio concedido pela Junta de Freguesia e o impacto financeiro decorrente da eventual isenção de taxas ou outros encargos. -----

---Acrescentou que esses elementos seriam essenciais para uma avaliação informada da proposta, não estando em causa a entidade em si, mas sim o processo de decisão adotado.

---Concluiu, salientando a importância de um modelo de governação mais participado, sublinhando que o atual contexto político exige maior diálogo e envolvimento da Assembleia nas decisões relevantes para a freguesia. -----

---O membro **Luís Castro (PSD)** colocou questões relativas ao número de bilhetes e aos critérios de distribuição pelas instituições da freguesia. -----

---No uso da palavra, o **Presidente da Junta de Freguesia José António Videira** respondeu às questões colocadas, começando por referir que o assunto em apreciação foi abordado no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, tendo sido objeto de contactos com diferentes forças políticas. -----

---Esclareceu que o protocolo em causa prevê a aquisição de um determinado número de bilhetes, tendo sido negociadas condições que, na prática, reduzem o custo unitário suportado pela Junta de Freguesia, em virtude da atribuição adicional de bilhetes por parte da entidade parceira. -----

Sublinhou que a iniciativa teve enquadramento em circunstâncias específicas ocorridas anteriormente, tendo resultado de um pedido excecional no sentido de assegurar a continuidade da atividade em causa e evitar situações de conflito com o operador. -----

---Referiu ainda que os procedimentos administrativos necessários à formalização do protocolo exigem tempo, nomeadamente no que respeita à tramitação interna, pareceres jurídicos e deliberações do Executivo, tendo em conta que o atual mandato se iniciou em novembro. -----



---Acrescentou que, dentro das possibilidades existentes, foram efetuados contactos e prestadas informações às forças políticas, rejeitando a ideia de falta de transparência no processo. -----

---Por fim, defendeu que o Executivo tem procurado atuar com responsabilidade e abertura ao diálogo, reconhecendo o atual enquadramento político, mas sublinhando a continuidade do trabalho desenvolvido na freguesia. -----

---O membro **Mafalda Correia (PS)** interveio, enaltecendo a iniciativa e o seu impacto positivo junto da população, nomeadamente das crianças e famílias da freguesia. -----

---Usou da palavra o **João Marrana (CDS-PP)**, que começou por referir que o seu grupo político se revê no objetivo da iniciativa, manifestando concordância com a possibilidade de acesso ao circo por parte das crianças e idosos da freguesia. -----

---Sublinhou, contudo, que a discordância do CDS-PP não incide sobre a iniciativa em si, mas sobre o conteúdo do documento apresentado. -----

---Referiu que, da análise efetuada, não identificou no documento elementos essenciais, designadamente o número total de bilhetes envolvidos nem o valor efetivamente negociado com a entidade promotora. -----

---Questionou, assim, a ausência de informação detalhada que permita uma avaliação completa das condições do protocolo. -----

---Usou da palavra **Luís Castro (PSD)**, que começou por referir dúvidas quanto aos valores apresentados no protocolo. -----

---Sublinhou a aparente discrepância entre o número de bilhetes constante do documento, onde são referidos 4.500, e a informação posteriormente prestada em sessão, que aponta para um total de 7.000 bilhetes. -----

---Acrescentou que, face aos esclarecimentos prestados, ficou com a perceção de que o custo final por bilhete poderá corresponder a cerca de um euro, questionando se, nesse enquadramento, o encargo total para a Junta de Freguesia ascende a aproximadamente sete mil euros. -----

---Concluiu, solicitando a confirmação destes valores para melhor compreensão do alcance financeiro do protocolo. -----

---No uso da palavra, o **Presidente da Junta de Freguesia** prestou esclarecimentos adicionais relativamente ao protocolo em apreciação, procurando clarificar a composição e os encargos associados ao mesmo. -----

---Referiu que o protocolo formalizado diz respeito à cedência de um determinado número de bilhetes, não contemplando diretamente a componente financeira da operação, a qual se encontra associada a um procedimento distinto de aquisição. -----

---Explicou que, no âmbito global da iniciativa, a Junta de Freguesia adquiriu uma parte dos bilhetes, tendo simultaneamente recebido um número adicional de bilhetes sem custo, resultando num volume total superior ao inicialmente previsto no protocolo. -----

---Sublinhou que, considerando o total de bilhetes disponibilizados, o custo médio por bilhete se situa abaixo de um euro, em virtude das condições negociadas com a entidade promotora. -----

---Acrescentou que a distribuição dos bilhetes é efetuada com base nas necessidades comunicadas pelas instituições da freguesia, podendo estas solicitar reforço ou proceder à devolução de bilhetes não utilizados. -----

---Por fim, afirmou que o ato em apreciação cumpre os requisitos legais aplicáveis, tratando-se da formalização da cedência de bilhetes, sendo a componente financeira enquadrada nos procedimentos normais de aquisição da Junta de Freguesia. -----



---No uso da palavra, o **Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia** referiu que, não obstante as dúvidas suscitadas, deve prevalecer a confiança no trabalho dos serviços competentes, designadamente os serviços jurídicos, considerando que eventuais verificações adicionais poderão ser efetuadas posteriormente, caso necessário. -----

---Não se registando mais intervenções, deu por encerrada a discussão do ponto e procedeu à votação. -----

---Colocado à votação o ponto quatro, verificou-se o seguinte resultado: -----

---**Votaram contra** os membros eleitos pela lista do **Centro Democrático e Social – Partido Popular**, **abstiveram-se** os membros eleitos pela lista do **CHEGA**, bem como um membro da **INICITIVA LIBERAL** e um membro do **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**, tendo este último anunciado a apresentação de declaração de voto. **Votaram a favor** os membros eleitos pelas listas do **PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**, do **BLOCO DE ESQUERDA** e do **PARTIDO SOCIALISTA**. -----

---Em face do resultado obtido, foi o ponto aprovado por maioria. -----

---Entrou-se no Ponto cinco da ordem de trabalhos, relativo à autorização para a repartição dos encargos plurianuais para os anos económicos de dois mil e vinte e seis, dois mil e vinte e sete e dois mil e vinte e oito, bem como à emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento pré-contratual de consulta prévia para a aquisição de serviços de certificação legal de contas, correspondente à Deliberação n.º 87/2025 da Junta de Freguesia, de dez de dezembro. -----

---O **Presidente da Mesa da Assembleia** questionou o **Presidente da Junta de Freguesia** sobre se pretendia proceder à apresentação do ponto. -----

---O Presidente da Junta informou que dispensava a apresentação do ponto. -----

---Usou da palavra **Gil Poiares (IL)**, que referiu não colocar em causa a qualidade da empresa nem considerar desajustados os honorários apresentados, chamando, contudo, a atenção para a continuidade da relação contratual da Junta com a mesma entidade desde dois mil e dezoito. Nesse contexto, questionou se tinha sido efetuada alguma reavaliação da situação ou se tinham sido auscultadas outras entidades, sublinhando a importância de não fundamentar decisões atuais apenas em práticas anteriores. -----Usou da palavra **Luís Castro (PSD)**, que referiu pretender esclarecer se, no âmbito da contratação em causa, foram ouvidas outras entidades ou se se tratou apenas de um convite à empresa que vem prestando serviços à Junta de Freguesia desde 2018, questionando a necessidade de reavaliação da escolha, tendo em conta as boas práticas. ----Acrescentou ainda que ficou com curiosidade ao verificar a existência de um valor previsto para a deslocação do revisor oficial de contas às sessões da Assembleia de Freguesia, considerando que a sua presença poderia ser útil, nomeadamente nas sessões de apreciação de contas, para esclarecimento de questões técnicas. Referiu, por fim, que essa presença permitiria também um melhor conhecimento do trabalho desenvolvido, atendendo ao interesse manifestado na prestação de serviços por parte da entidade em causa. -----

---No uso da palavra, o **Presidente da Junta de Freguesia** respondeu às questões colocadas, esclarecendo que não foram consultadas outras entidades e que a empresa já prestava serviços à freguesia antes do atual Executivo. Referiu que a qualidade do serviço tem sido reconhecida pelos membros da Assembleia, não tendo sido levantadas dúvidas quanto ao trabalho desenvolvido. -----

---Acrescentou que a manutenção da empresa se insere também numa lógica de reforço



da transparência da gestão, sublinhando que, apesar de não conhecer previamente a entidade nem ter tido contacto direto com a mesma, foram negociadas condições mais vantajosas para a Junta de Freguesia relativamente ao passado. -----

---Referiu ainda que a empresa nunca foi alvo de críticas ou suspeitas e que tem servido de suporte técnico às diversas intervenções e processos de apreciação financeira. -----

---Relativamente à questão da presença do revisor oficial de contas, concordou que a mesma poderá constituir uma mais-valia, designadamente nas sessões de apreciação do relatório e contas, contribuindo para o esclarecimento de matérias de natureza técnica. --

---Não se registando mais intervenções, o **Presidente da Assembleia** declarou encerrada a discussão do ponto e passou à votação. -----

---Colocado à votação o ponto cinco, verificou-se o seguinte resultado: -----

---**Abstiveram-se** os membros eleitos pelas listas do **CENTRO DEMOCRÁTICO E SOCIAL - PARTIDO POPULAR**, da **INICIATIVA LIBERAL**, do **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA** e do **CHEGA**, num total de **oito** abstenções. -----

---**Votaram a favor** os membros eleitos pelas listas do **PARTIDO COMUNISTA PORTUGÊS**, do **BLOCO DE ESQUERDA** e do **PARTIDO SOCIALISTA**, num total de **dez** votos a favor. -----

---**Não se registaram votos contra.** -----

---Em face do resultado obtido, foi o ponto **aprovado por maioria, com dez votos a favor, zero votos contra e oito abstenções.** -----

---Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Marvila agradeceu a presença de todos os membros da Assembleia, do Executivo, dos trabalhadores da Junta de Freguesia e do público presente, bem como a participação nos trabalhos da sessão. -----

---Antes de dar por encerrada a sessão, foram dirigidos votos de Boas Festas, desejando a todos os presentes e respetivas famílias um Santo Natal e um próspero ano de dois mil e vinte e seis. -----

---De seguida, procedeu-se à leitura da ata em minuta, a qual foi submetida à apreciação da Assembleia, tendo sido aprovada nos termos legais aplicáveis. -----

----- **PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu por encerrada a presente sessão, eram vinte e três horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia, pela Primeira-Secretária e pela Segunda-Secretária. -----

O Presidente da Assembleia

Benigno Laranjo Tenreiro

A 1ª Secretária

Maria Lúcia Fernandes Andrade

A 2ª Secretária

Maria Beatriz Martins Feres Andrade